



ORBIS

Boletim Trimestral do
LEPEB-UFF

XV BRICS SUMMIT

Partnership for Equally Accelerated Growth, Sustainable Development and
22 – 24 July 2023, Johannesburg, South Africa



Vol.1 – Nº 3

Julho-Setembro/2023

ISSN: 2965-2235

Editorial

Nos últimos tempos, a máxima bem-humorada de que no Brasil se morre de tudo, menos de tédio tem parecido, mais do que nunca, fazer todo sentido. Neste mês de setembro, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal deu início ao julgamento dos envolvidos nos atos golpistas de 08 de janeiro. Em meio a votos controversos dos ministros André Mendonça e Kassio Nunes Marques e a intervenções histriônicas e “meméticas” dos advogados de defesa, a maioria da Corte optou por punir exemplarmente os primeiros réus do processo.

O tempo dirá se tais punições serão estendidas aos financiadores desses atos – via de regra, grandes empresários, sendo boa parte deles ligada ao agronegócio - e ao significativo número de oficiais da ativa e da reserva das Forças Armadas neles envolvidos. Se isso não ocorrer, consolidar-se-á a percepção de que enquanto os “bagrinhos” são punidos, os “tubarões” continuam à solta, confirmando a longa tradição nacional de conciliação “por cima”, em nome da “estabilidade” e da “pacificação”

Por sinal, as investigações da Polícia Federal e da CPMI do 08 de janeiro têm demonstrado a fragilidade do discurso da cúpula militar de que a participação de integrantes das FA na tentativa de Golpe foram atitudes isoladas e que devem ser individualizadas, “separando o joio do trigo”. Ao contrário, há indícios bastante consistentes de uma participação massiva de militares, incluindo inúmeros oficiais superiores, nas conspirações golpistas do ex-presidente Jair Bolsonaro e de seu entorno próximo. Não é à toa que o ministro José Múcio Monteiro – que tem agido mais como um porta-voz dos interesses e demandas castrenses junto ao Executivo do que como o titular da pasta-símbolo do controle civil – declarou que o fim da CPMI, programado para novembro, irá contribuir para a relação entre o governo e os quartéis, acabando “com o clima de suspeição em relação aos militares, causados pelo avanço das investigações da Polícia Federal com integrantes das Forças’ (O Globo, 07/09/2023).

Em outra frente, o STF também tem atuado no vácuo deixado pelo Legislativo em relação a questões prementes, algumas delas não travadas ou paradas há anos no congresso, tomando decisões sobre temas como o marco temporal para a demarcação das terras indígenas; a equiparação da homofobia e da transfobia ao racismo e, mais recentemente, o reconhecimento de ofensas contra LGTBQIA+ como injúria racial; e a descriminalização do porte de maconha para consumo próprio. Em todas essas questões,

a ação do parlamento tem ocorrido de forma reativa, com tentativas de deliberar sobre esses temas a toque de caixa, procurando assim impedir a aplicação dos entendimentos da Suprema Corte, quase sempre contrários às posições dos grupos conservadores hegemônicos no Legislativo. Tornaram-se comuns, também, as declarações de lideranças parlamentares contra o que elas chamam de “ativismo do Supremo” e “intervenção indevida nas funções de outro poder”.

No âmbito externo, o Presidente Lula tem cumprido uma extensa agenda internacional em busca do protagonismo perdido, participando nos últimos meses de eventos como a Cúpula da Amazônia, Reunião do G-20, Cúpula do BRICS, encontro do G-77, Cimeira da CPLP e Assembleia Geral da ONU. E entre declarações controversas como as sobre a guerra russo-ucraniana ou o Tribunal Penal Internacional (TPI) e discursos elogiados, como o da abertura da Assembleia Geral da ONU, tem procurado retomar as linhas gerais da “Política Externa Ativa e Altiva”, se posicionando como uma das principais lideranças do Sul Global.

Os artigos presentes neste terceiro número do ORBIS abordam várias destas questões e debatem temas como um possível papel do Brasil na resolução do conflito entre Rússia e Ucrânia, a ampliação do BRICS, a retomada de uma atuação mais ativa do Brasil no subcontinente sul-americano e as diferenças entre os movimentos da política externa brasileira nos primeiros meses dos governos Bolsonaro e Lula III. Aparecem também discussões sobre questões mais vinculadas ao âmbito interno – mas com conexões e repercussões externas – que são extremamente relevantes nos debates contemporâneos dos Estudos Estratégicos como a securitização do terrorismo na agenda doméstica brasileira e a votação no Supremo Tribunal Federal sobre a descriminalização do porte da maconha para consumo, pensada no contexto mais geral da fracassada Guerra às Drogas.

Desejamos a todos/as uma boa leitura.

Os editores